

• Política

GOVERNO

Nova aliança política para sustentar Sarney corre riscos desde já

por Mariângela Hamu de Brasília

A se confirmar a previsão de expressivas lideranças na Constituinte, corre o risco de naufragar a mais nova tentativa do governo de reinventar uma aliança política que dê ao presidente José Sarney a sustentação de que precisa para cumprir, com algum êxito, o tempo de mandato que lhe resta — e que ainda não foi definido pela Assembleia Nacional Constituinte.

A idéia de construir uma nova aliança, que teria como base de apoio um documento no qual o Palácio do Planalto desenhará o projeto de governo a ser executado a partir da definição do mandato do presidente Sarney, dentro de quarenta dias, foi oficialmente anunciada ontem em Brasília pelo ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, um dos principais assessores políticos do presidente.

O documento, em elaboração, reafirmará, principalmente, o desejo de cumprir e concluir, com êxito, a transição democrática. Ele conterá um conjunto de princípios e propostas programáticas e reafirmará a decisão governamental de combater o déficit público, de "livrar a economia das amarras do Estado", de desestatizar, de combater a corrupção e de amparar a população mais carente.

O governo pretende partir dos 304 nomes que votaram a favor do mandato presidencial de cinco anos para tentar construir a aliança, mas não quer agir à revelia dos partidos. "Democracia se faz com partidos. Quando os partidos se desintegram, negocia-se cada coisa com cada pessoa, e a negociação fica impraticável", explica Prisco Viana, preocupado em es-

clarecer que o governo não pretende formar um "pacote" ou um "bloco".

Os partidos, através de suas lideranças, porém, reagiram prontamente à idéia de formação de uma nova aliança com o governo. "Não acredito muito nesta idéia de aliança", afirmou o senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS. Para o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, "essa aliança tem pouco ou nada a ver com os partidos políticos. Ela tem a ver com pessoas."

O deputado Augusto de Carvalho, do Partido Comunista do Distrito Federal, acha que "Esta aliança representaria a ruptura com a Nação, porque ela seria feita em torno de um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, contrariando os anseios da Nação, que deseja votar este ano". Uma das grandes esperanças de Prisco Viana para formar a aliança, o senador Marco Maciel, presidente do PFL, também está pessimista: "Não estou fechado ao diálogo, mas não acredito em alianças".

Os deputados Pimenta da Veiga e Antônio Britto, ambos eleitos pelo PMDB, também não aceitam a idéia. "Esta aliança é, na verdade, um bloco. E bloco é fisiologia", afirma Pimenta da Veiga. Britto é mais contundente: "O tempo da aliança já passou".

No governo, porém, políticos experientes estão certos de que a aliança será reiventada com sucesso. Tanto que já esboçam, discretamente, modificações que serão feitas no primeiro e segundo escalões, a partir das novas alianças. O coordenador desta tentativa já está escolhido. E o deputado baiano e líder do governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna,

Planalto evita liberar verbas para governadores

por Cecília Pires de Brasília

Os governadores que ajudaram o presidente José Sarney a aprovar o presidencialismo com cinco anos de mandato estão batendo inutilmente às portas do governo federal em busca de liberação de recursos. O governador Alvaro Dias, do Paraná, saiu ontem de uma audiência com o presidente Sarney com um apelo em resposta a seu pedido de dinheiro: que tivesse paciência, porque as medidas de contenção econômica que o governo está estudando são prioritárias.

Alvaro Dias, que teve influência decisiva para que sua bancada, de 26 parlamentares, desse treze votos para o presidencialismo e dezesseis para o mandato de cinco anos nas votações da Constituinte, conformou-se. "Vamos ter que esperar um pouquinho." Embora afirme não acreditar que a negativa para o pedido de recursos vá criar inconformismo entre os governadores que apoiam Sarney, Dias reclamou das finanças em seu estado.

"Muitos programas estavam engatilhados, porque o primeiro ano de governo destina-se a preparar as ações burocráticas, garantir a aprovação destes programas dentro dos vários órgãos federais. Quando fomos autorizados a contrair os empréstimos, veio o decreto do Banco Central impedindo os financiamentos da Caixa Federal", disse Dias. Segundo o governador paranaense, "o presidente pediu prazo para estabelecer as medidas de contenção, para depois estabelecer prioridades de investimento. E um prazo curto, embora o presidente não tenha definido o tempo exato". Até porque, segundo Dias, "existem programas no estado que não podem sofrer solução de continuidade".

Ao percorrer alguns ministérios, Alvaro Dias viu que a situação não era muito melhor. No Ministério da Educação, por exemplo, o governador nem poderia

pedir recursos, mesmo porque o ministro depende da liberação de verbas das autoridades econômicas do governo. Descobriu, porém, que até os programas corriqueiros, como merenda escolar, por exemplo, poderiam ser comprometidos se não houvesse essa liberação. "Só temos merenda escolar até maio", constatou Dias. E prometeu que iria reclamar com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, mais à noite, num jantar programado na casa do ministro da Saúde, Borges da Silveira, com Mailson e empresários paranaenses.

O governador ainda apoiou a idéia do governo de reconstruir uma aliança "para consolidar uma base de sustentação do governo, que será necessária para a adoção de medidas amargas que o governo terá que tomar". Argumentou ainda que a antiga aliança selada entre PMDB e PFL "foi sofrendo uma forte erosão, porque estes partidos não apoiam o governo em bloco e a fragilidade de apoio é o que leva o governo a buscar outras opções de sustentação".

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, também em Brasília ontem, passou longe do gabinete do presidente Sarney. Parlamentarista e defensor dos quatro anos de mandato, Collor de Melo foi ao gabinete do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, com um requerimento pedindo o enquadramento do ministro Prisco Viana na comissão de ética, "porque ele vem dando provas de estar arranhando o estatuto do partido com ações que contradizem os princípios do PMDB".

Ao saber que os governadores que apoiaram Sarney na definição do sistema de governo e mandato presidencial não estão conseguindo liberação de recursos federais, Collor reagiu: "Imagine a gente. Eu estou esperando recursos há treze meses. O povo espera que estes recursos não sejam destinados a ações fisiológicas".